

Sentidos e reflexões sobre atores sociais *no Museu Antropológico da UFG*

Darlen Priscila Santana Rodrigues
Universidade Federal de Goiás
museologist.darlen@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9735-7131>

RESUMO: O presente estudo consiste em apresentar os sentidos e tecer reflexões sobre atores sociais no Museu Antropológico da UFG, discorrendo brevemente sobre as contribuições históricas dos intelectuais brasileiros na criação de instituições museológicas nacionais. Nesse sentido, por meio da análise do material iconográfico e dos registros arquivísticos e museológicos do período de 1969 a 2017, é possível observar que as transformações do campo museológico e dos movimentos sociais exerceram influências na nova configuração do Museu Antropológico da UFG. Para pensar a figura dos atores sociais no caso dos intelectuais fundadores do MA/UFG, embasou-se em Roger Chartier (2002), Erivan Karvat e Valeria Machado (2014). Por fim, observou-se a importância e contribuição dos agentes sociais na preservação, difusão da memória e ações pedagógicas mediante a presença de atores sociais indígenas no Museu.

PALAVRAS - CHAVE: Estudos Museológicos. Museu Antropológico. Atores Sociais. Pesquisa.

MEANINGS AND REFLECTIONS ON SOCIAL ACTORS IN THE ANTHROPOLOGICAL MUSEUM OF UFG

ABSTRACT: The present study consists in presenting the meanings and weave reflections on social actors in the Anthropological Museum of UFG, briefly discussing the historical contributions of Brazilian intellectuals in the creation of national museological institutions. In this sense, through the analysis of iconographic material and archival and museological records from the period 1969 to 2017, it is possible to observe that the transformations of the museological field and of social movements exerted influences on the new configuration of the Anthropological Museum of UFG,. To think about the figure of social actors in the case of the founding intellectuals of the MA/UFG, it was based on Roger Chartier (2002), Erivan Karvat and Valeria Machado (2014). Finally, it was observed the importance and contribution of social agents in the preservation, dissemination of memory and pedagogical actions through the presence of indigenous social actors in the museum.

KEYWORDS: Museological Studies. Anthropological Museum. Social Actors. Research.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O museu e os indivíduos estão intrinsecamente relacionados desde a sua origem¹. Da história de criação dos museus no Brasil se depreende que tais relações são determinadas pelas articulações de indivíduos que estavam presentes nas sociedades, intelectuais², políticos ou simplesmente membros de comunidades pró-cultura. Para Cuche (1999, p. 45), “cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes e também da arte [...]. Este estilo, este “espírito” próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos”.

No Brasil, no ano de 1818, ocorreu um marco histórico, a criação do primeiro museu no cenário brasileiro³. A Casa dos Pássaros, atual Museu Nacional, surgiu justamente para evidenciar e colocar o Brasil nesse cenário cultural vivenciado pelos países do Velho Continente. Além disso, esse primeiro museu nacional contribuiu muitíssimo para a divulgação científica e cultural brasileira. Assim foi que o país descobriu a pesquisa científica sob a ótica dos Museus de História Natural (LOPEZ, 1997, p. 11). Esse caráter se baseia em estudos científicos realizados com base nas primeiras coleções de história natural doadas por D. João VI. Na segunda metade do século XIX, outras instituições se destacam no cenário brasileiro⁴, as com temáticas etnográficas incluem o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e o Museu do Ipiranga (1894). Segundo Leticia Julião (2006, p. 21), essas instituições “alinham-se ao modelo etnográfico, que se difundiu em todo o mundo, entre os anos 1870 e 1930”. Esse modelo etnográfico se caracterizava pelo perfil enciclopédico⁵, e se dedica às pesquisas e estudos em ciências naturais, além de exposições dos objetos de suas coleções de etnografia, ciências naturais e arqueologia. Como caracteriza Julião (2006), esses museus:

Exerceram o importante papel de preservar as riquezas locais e nacionais, no Brasil, em fins do século XIX. Tinham como paradigma a teoria da evolução da biologia, a partir da qual desenvolviam estudos de interpretação evolucionista social, base para a nascente a antropologia (JULIÃO, 2006, p. 22).

De fato, as primeiras instituições brasileiras contribuíram para preservar acervos importantíssimos, dando relevância a objetos de grupos indígenas do passado, entre eles os que não existem mais que requerem estudos, interpretações e difusão.

¹Do grego, o museu (*mouseion*), que significa “casas das musas”, era o lugar onde as divindades recebiam oferendas e apreciavam a poesia, música, dança, história, oratória, tragédia, comédia e a astronomia. Tais habilidades designadas a cada uma das musas gregas conhecedoras dos saberes e de atividades criativas em seu tempo.

²Nesse contexto, os movimentos pró-cultura popular que ocorreram no Brasil, com a cooperação de alguns agentes sociais, como: Mário de Andrade, Gustavo Barroso, entre outros. De acordo com a concepção barrosiana, a nação era constituída basicamente por dois segmentos: as elites e o povo.

³A questão da nação, no entanto, ganharia evidência museológica no Brasil, somente a partir da criação, em 1922, do Museu Histórico Nacional (MHN). Marco no movimento museológico brasileiro, o MHN rompeu com a tradição enciclopédica, inaugurando um modelo de museu consagrado à história, à pátria, destinado a formular, através da cultura material, uma representação da nacionalidade. Resultado do empenho de intelectuais, apoiados pelo Estado, e tendo à frente Gustavo Barroso, diretor do Museu de 1922 a 1959, o MHN foi organizado com o objetivo de educar o povo (JULIÃO, 2006, p. 22).

⁴Museus do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paranaense (1876) e o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894).

⁵No Brasil, os museus enciclopédicos, voltados para diversos aspectos do saber e do país, predominaram até as décadas de vinte e trinta do século XX, quando entraram em declínio como no resto do mundo, em fase da superação das teorias evolucionistas que os sustentavam. Embora a temática nacional não constituí-se o cerne desses museus, tais instituições não deixaram de contribuir para construções simbólicas da nação brasileira, através de coleções que celebravam a riqueza e exuberância da fauna e da flora dos trópicos (JULIÃO, 2006, p. 22).

Como resultado desse perfil, no século XIX, os museus se caracterizavam como instituições que exerciam práticas colecionistas, as exposições eram temáticas, para apresentação pública, por exercer um caráter educativo. Valente (2003) pontua seus pressupostos da seguinte maneira:

Ainda no final do século XIX floresceram vários museus etnográficos profundamente vinculados aos parâmetros biológicos de investigação e aos modelos evolucionistas de análise e que caracterizavam o momento como “a era dos museus”. Concentravam-se preferencialmente na pré-história, na arqueologia e na etnologia. A maturidade desses museus foi atingida na última década do século XIX, quando se manifestavam novos parâmetros para o entendimento do homem. As normas de funcionamento logo transformaram aqueles espaços anacrônicos, em que se encontrava o acervo ordenado a partir de uma visão de lógica evolucionista. A época despontava para as relações sociais envolvidas e reveladas pela análise do objeto e seu contexto. Assim, o objeto da coleção não deveria ser mais vista como objeto pelo objeto. Outras direções davam sinais de mudança. Firmava-se a preocupação em preservar o que estava sendo perdido dos costumes e artefatos menos sofisticados. Aspectos ligados à etnografia e aqueles voltados para a industrialização crescente eram valorizados em centros de cultura nacional e popular. Essas ideias logo foram consolidadas na fundação de diferentes instituições, como o ‘Museu ao ar livre’, na Suécia, criado em 1891, formado por prédio, fazenda, moinho e igreja, e voltado para as tradições populares e regionais (VALENTE, 2003, p. 36, grifo do autor).

Com essas consolidações no campo dos museus no fim do século XIX e início do século XX, as práticas de representações e preservações passaram a englobar as comunidades populares. “A História do Brasil era uma construção das elites, mas a fonte da singularidade nacional estaria nas manifestações e nas tradições populares” (ABREU, 1992, p. 63). Desse modo, foi incorporado aos museus um sentimento nacionalista. No contexto brasileiro, os conceitos europeus foram ressignificados para aplicação no contexto local, assim, nas primeiras décadas do século XX, ocorreu um aumento no número de museus⁶. Após a Primeira e a Segunda Grande Guerra, esses sentimentos nacionalistas se tornaram objetos de crítica nos museus. A necessidade de colocar em evidência os discursos de preservação da cultura de um povo se estendeu aos bens e/ou patrimônios culturais. Cultural material refere-se a toda produção humana, “de ordem emocional, intelectual, material e imaterial, independente de sua origem, época, natureza ou aspecto formal, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia” (RODRIGUES 1999 *apud* MELO, 2010, p. 07).

A partir da segunda metade do século XX, as formas de representações culturais foram incorporadas, de maneira efetiva, em algumas instituições brasileiras. Com a transformação no cenário dos museus, determinados grupos de intelectuais⁷ lutam para a

6 O impulso de criar museus persistiu ao longo de todo o século XX. Só na Alemanha, entre 1900 e 1914, foram abertos cerca de 1800 novos museus (VALENTE, 2003, p. 36). As três primeiras décadas do século XX somam em conjunto 19 museus (13,10% do total de 145), o que constitui uma aceleração bastante superior à do século anterior. Ainda assim, nada se compara à explosão das três últimas décadas de que trata o referido repertório, as quais apresentam no conjunto 94 museus (64,82% do total de 145), incluindo aqueles que em 1958 estavam em fase de organização (CHAGAS, 2009, p.72).

7 Nesse contexto, com a cooperação de Mário de Andrade, Gustavo Barroso, entre outros.

criação de instituições específicas. Para Julião (2006, p. 22), esse movimento foi “resultado do empenho de intelectuais, apoiados pelo Estado, tendo à frente Gustavo Barroso”. Na tentativa de incentivar o culto à tradição e à civilidade e ao progresso da nação, em meados dos anos 1960, surge o Museu do Folclore Brasileiro (1968) e o Museu do Índio (1961)⁸. Desse modo, com o apoio de instituições culturais e comissões estaduais, esses museus iniciaram coletas de objetos que logo foram incorporados como acervos dessas instituições. A necessidade de representar as identidades do povo brasileiro foi determinada pelos grupos de intelectuais incentivados a criar instituições museológicas em suas comunidades e/ou região.

No contexto regional de Goiás, entre as décadas de 1960 a 1970, indivíduos sociais também são motivados⁹, de alguma maneira, pelo contexto nacional vivenciado, a sugerir a criação de um museu local, de modo a “ordenar e compreender o traço mutante da experiência coletiva, pois, efetivamente, cada contexto cria tipos sociais que refletem os modos institucionalizados de conduta de seu tempo” (KARVAT; MACHADO, 2014, p. 936). Essa implicação sugeriria a transformação do lugar cultural de Goiás, que se tornaria cenário de representações dos povos indígenas do Cerrado.

Portanto, os indivíduos sociais envolvidos na construção desse cenário foram de extrema importância para a concretização de uma ideia de museu. Mediante a atuação de pesquisadores, professores, mediadores, voluntários, alunos, entre outros, o trabalho árduo persistiu no desenvolvimento dos projetos e pesquisas antropológicas, arqueológicas e museológicas, entre outras ações.

A história do Museu enfatiza a contribuição dos pesquisadores e professores envolvidos desde o início, a relação de cada um é singular devido à sua área de formação acadêmica e interesses, desse modo, ao enfatizarmos a contribuição de cada indivíduo, segundo os relatos de seus feitos, “portanto, em relação ao projeto pessoal e sua acomodação e, principalmente, a intermediação entre ambos – remete-nos à própria dimensão política da figura do intelectual e de sua atividade” (KARVAT; MACHADO, 2014, p. 937).

No tópico seguinte, serão apontadas as contribuições de atores sociais que, em suas determinadas gestões, foram importantes na construção e difusão do MA/UFG. Suas contribuições são vestígios de seus posicionamentos ideológicos, devido à interdisciplinaridade de suas formações, muito importante nesse processo.

ATORES SOCIAIS DO PASSADO: CONTRIBUIÇÃO NO MUSEU ANTROPOLÓGICO

Para essa análise, ressaltamos a trajetória dos ex-diretores do Museu Antropológico da UFG, como indivíduos sociais responsáveis pela construção de um museu como cenário, lugar e espaço de discussões sobre a cultura local; tanto evidenciando os discursos de preservação da cultura dos povos indígenas, levando em conta a cultura material, quanto

⁸ A cultura do povo foi contemplada somente em 1968, com a inauguração do Museu do Folclore. Sua fundação resultava do movimento folclorista das décadas de quarenta e cinquenta, responsável pelo lançamento oficial do projeto do museu, em 1951 (JULIÃO, 2006, p. 25).

⁹ [...] motivação caracteriza-se por um elevado envolvimento com o conteúdo da tarefa, em que a pessoa é guiada essencialmente pelo valor intrínseco associado à realização de uma tarefa e pela paixão e pelo entusiasmo de resolvê-la (GOMES; RODRIGUES; VELOSO, 2016, p. 581).

as ações de extensão que levaram a discussões sobre os bens e/ou patrimônios culturais. Do ponto de vista de Viana, “o indivíduo exerce uma maior influência na história quando é manifestação de forças sociais, especialmente as classes sociais, [...] realiza uma ação que vai de encontro com necessidades sociais existentes e que reproduz e reforça sua tendência.” (VIANA, 2011, p. 87).

Ressaltamos, inicialmente, as contribuições do antropólogo e professor Acary Passos de Oliveira (1907-1993), por seu trabalho e dedicação em prol dos estudos e pesquisas antropológicas em campo e na própria Instituição. Ele esteve à frente da gestão do Museu Antropológico durante os anos de 1969 a 1982, com papel significativo na construção da história e formação da instituição. Sobre o papel dos indivíduos na história, Roger Chartier (2002, p. 141), considera, “[...] a ideia do pensamento relacional que permite, ao mesmo tempo, repelir a ideia do indivíduo isolado, do gênio singular e também a ideia de uma universalidade das categorias que espontaneamente se utilizam para pensar, discutir, qualificar [...]”. A intenção, aqui, não é a de, simplesmente, dar um sentido apolo-gético às ações de Acary e/ou dos demais ex-diretores do Museu. Pois, embora cada um tenha contribuído de maneira singular no período de sua gestão, ressalta-se que o indivíduo possui uma singularidade, devido ao fato de somente ele viver determinadas relações sociais e ser marcado por todas as consequências derivadas disso” (VIANA, 2011, p. 84).

O professor e antropólogo Acary Passos de Oliveira foi o indivíduo que, em seu “tempo” sociocultural, apresentou temas e discussões importantes ainda hoje para analisar e compreender o cenário dos grupos indígenas nos séculos passados. Por detrás do homem do sertão, havia o gênio singular que buscou, por concepção de interesse, divulgar as pesquisas sobre as culturas indígenas da região do Cerrado.

A grande questão é que o papel do indivíduo na história é mais ou menos influente dependendo de um conjunto de determinações, entre as quais, a qual classe pertence o indivíduo e que situação social de conflitos de classes está estabelecida e qual sua inserção neste contexto, a qual fração da classe pertence, quais são as forças sociais em ação e como ele se relaciona com elas, bem como diversas outras determinações (VIANA, 2011, p. 84).

A concepção que temos sobre o professor Acary, como o singular indivíduo social, é justamente aquela atrelada ao contexto social ao qual ele pertencia. Esse contexto também foi determinante para que fosse estabelecido o seu papel como mediador entre as sociedades e grupos sociais.

Ao longo de sua trajetória à frente da gestão do Museu, desmistificou as relações impróprias sobre o que é o museu, além de intervir proporcionando diálogos e sentidos na promoção da cultura de diferentes grupos sociais e étnicos, como os grupos indígenas. Acary Passos, como indivíduo social, sempre acreditou no papel do museu universitário como importante contribuição para os estudos antropológicos. Nesse sentido, Denize Farah comenta, em entrevista ao Museu Antropológico (2011), sobre suas memórias quanto ao professor Acary:

O professor Acary ele era uma figura muito interessante, muito mesmo, porque mesmo na década de mil novecentos e setenta, o professor Acary tinha uma visão de Museu como parte complementar da universidade muito avançada. Ele se preocupava em atrair os alunos, em atrair os estudantes para entender as coisas do Museu, para participar (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 32-33).

Como um multiplicador de conhecimento, Acary se inspirou e foi espelhado por seus alunos. Foi desse modo que os alunos da Universidade, naquela época, tiveram contato com os grupos indígenas.

[...] o professor Acary [...] tentava sempre atrair sem se preocupar com os background¹⁰, sem se preocupar com a formação e, às vezes, até mesmo sem se preocupar com a intenção futura da pessoa. Apenas para que elas estivessem por ali, tivessem um contato com as coisas do Museu, entendessem mais principalmente os povos indígenas de Goiás, do Centro-oeste, que tinha um acervo no Museu, então era essa a ideia do Acary (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 33).

O professor Acary foi um idealista que, mesmo vivendo em um tempo de ditadura militar, buscou discutir questões sociais e da Antropologia cultural e regional, e, ainda que em um momento político difícil, ele conseguiu criar um Museu Antropológico ligado à Universidade. Nesse sentido, no meio acadêmico, muitos “intelectuais assumem certas propriedades comuns em virtude dos laços estabelecidos entre seus membros e entre o grupo e os ambientes nos quais se reúnem e socializam.” (MAIA, 2015, p. 553). Consequentemente, esses grupos constroem e contribuem com as questões socioculturais, deixando na história heranças políticas, acadêmicas, sociais e culturais, de modo que até podem ser definidos como intelectuais.

Durante os anos que se dedicou às pesquisas antropológicas no Xingu (MT) e na Ilha do Bananal (TO), onde coordenou a “Operação Bananal”, dedicou-se a coletas de objetos da cultura material indígena, como: adornos, enfeites, armas e instrumentos dos grupos indígenas Kalapalo, Kuikúro, Kamayurá, Yawalapiti, Meináku, Aweti, Awaurá, Matipuhí, Txicão, Juruna, Suyá, Txcahamãe, Apinayé, Bororo, Tapirapé, Karajá, Javaé, Krahó, Xerente e Xavante.

Sua contribuição como colecionador dos objetos dos grupos indígenas se efetivou demasiadamente e, sobremaneira, aproxima os saberes sobre esses grupos étnicos da sociedade nacional. Assim, Cícero Almeida (2011, p. 184) alegava que esse ato “coleccionista seria um impulso primitivo”. Contudo, foi através do ato de colecionar que possibilitou conhecer a cultura do “outro”. Almeida também pontua que o hábito de colecionar “enquanto prática de reunião e de atribuição de novos significados aos objetos está intimamente ligada ao museu” (2011, p. 185).

Partindo desse ponto, existe relevância nas práticas de coletas de objetos dos grupos indígenas a partir das expedições e projetos, pois, se concretizou uma tentativa de aproximação com os grupos indígenas tanto do Xingu (MT) quanto da Ilha do Bananal (TO).

¹⁰Background são os conjuntos de condições ou circunstâncias prováveis ou determinadas pelo ambiente.

Os relatos sobre Acary Passos são inúmeros e, para perpetuar como legado, o Museu Antropológico elaborou, em 2011, um livro com as memórias das pessoas que tiveram contato e experiências com o Museu nas últimas quatro décadas. Em entrevista, a professora Lena Castello Branco Ferreira, que, na época da criação do Museu Antropológico, era a Diretora do ICHL e amiga do professor Acary, relatou que:

[...] um sertanista convicto, todo ano, no período de férias, ia para o Parque Nacional do Xingu ou outros locais onde houvesse tribos ¹¹indígenas. Ele então me transmitiu muito o interesse pelas culturas indígenas, pela antropologia, e me levou uma vez para conhecer a coleção de peças e artefatos indígenas que ele possuía. Eu fui e fiquei literalmente encantada! Havia coisas realmente raríssimas e de uma importância científica e acadêmica muito grande. Quando eu fui nomeada diretora me veio a ideia de chamar o Dr. Acary para trabalhar na Universidade, com vistas a que ele trouxesse para a Universidade não só a sua experiência, a sua vivência como sertanista, como colecionador, como entusiasta das culturas indígenas, mas também, quem sabe, uma doação de peças que ele pudesse eventualmente trazer pra universidade (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 96).

Assim, como um entusiasta sobre a cultura dos povos indígenas, o professor Acary colecionou muitos objetos, que se tornaram parte de coleções do MA/UFG. Alguns desses objetos compõem coleções etnográficas que levam o nome do professor Acary, cerca de 17 coleções¹².

Após os anos de sua colaboração e trabalho como diretor no Museu Antropológico, o professor Acary deixou o cargo, que foi ocupado pela etnóloga/museóloga Edna Luísa de Melo Taveira (*in memoriam*), que foi a diretora do Museu Antropológico entre os anos de 1982 a 1998, e que também desempenhou um papel importante, tanto no campo da etnologia em Goiás quanto na prática museológica da instituição. A professora Edna Taveira esteve vinculada ao Museu Antropológico desde os momentos iniciais de sua criação, o que se verifica em entrevista concedida por ela a Marisa Damas, no dia 18 de outubro de 2010.

[...]. Por essa época, eles foram a uma viagem ao Xingu e lá houve algumas discussões, algumas propostas de criação de um Museu Antropológico. Sei que logo que eles voltaram apareceu e firmou essa ideia, unidos à Professora Lena Castello Branco, diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde eu estudava, no prédio é hoje a Faculdade de Educação. Claro que as [pessoas] que estavam [disponíveis] para o trabalho imediato seriam as monitoras, por conta do Professor Vivaldo, que orientava a gente, mas também porque geralmente são poucas as pessoas disponíveis. Nessa época, éramos eu a Marcolina. Bom, então, tudo certo, começaram as coletas para a organização desse museu. Coletas feitas principalmente pelo Dr. Acary nas regiões dos índios Karajá, no Araguaia, os índios do Xingu, principalmente os Waurá e os Kamayurá, também os índios Krahô, entre outros. Então foram sendo adquiridos acervos e sendo organizado

11 Termo utilizado desde os primeiros estudos antropológicos para generalizar os grupos étnicos, nos estudos recentes optamos por não generalizar, pois cada povo possui sua identidade étnica, cultural e social.

12 coleção 69. 03; coleção 70. 01; coleção 70. 02; coleção 70. 03; coleção 70. 04; coleção 70. 05; coleção 71. 01; coleção 72. 01; coleção 72. 03; coleção 72. 04; coleção 73. 01; coleção 74. 01; coleção 74. 03; coleção 75. 01; coleção 76. 01; coleção 76. 02; coleção 78. 01.

tudo isso em uma sala. [...]. O Museu foi inaugurado em 1970. Então, eu e a Marcolina somos da Pré-história do Museu Antropológico, não é? (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 45-46).

Pode-se dizer que a professora Edna Taveira foi uma das primeiras pessoas com interesse nas questões museológicas. Sua colaboração, no princípio do Museu Antropológico de caráter universitário, permitiu pensar estratégias de elaboração de um museu universitário, com características de um museu antropológico, “estratégia profissional e de reprodução social conduzida pelo interessado” (HEINZ, 2011, p. 157).

Estiveram envolvidos, juntamente com a professora Edna, alguns professores e pesquisadores ligados à Universidade, conectados à elaboração do passo a passo e no lançamento da proposta de dividir e classificar o Museu em setores: Etnologia, Linguística, Arqueologia, a ação educativa (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 48).

O empenho da professora Edna Taveira e dos demais pesquisadores consolidou o Museu Antropológico como uma instituição de referência no contexto brasileiro. Assim, seus “sucessos” e, em particular, sua concepção marcante frente ao Museu lhe permitiam acumular certo prestígio, com possibilidade de desenvolver gradativamente “boas” relações internas e externas à instituição. Segundo Ernesto Seidl (2011, p. 18), “essas relações são fundamentais para o progresso futuro de uma instituição”.

No início do desenvolvimento das práticas museológicas, existia uma quantidade de acervos e a disponibilidade de pessoas, que era reduzida, para executar o trabalho. Além disso, poucos detinham os conhecimentos necessários, inicialmente a preocupação era a conservação do acervo. Posteriormente, as professoras Edna, entre outras, como Lydia Poleck e Natividade Rosa Guimarães, elaboraram um plano a ser executado por um período de longo prazo, “chamamos de projeto de pesquisa, de organização, enfim, um projeto para dez anos, de oitenta e sete a noventa e sete, um Plano de Ação. Então, formulada a proposta, nós fizemos o plano de ação por dez anos” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 49). Assim, é possível admitir a disposição de cada indivíduo em contribuir para o desenvolvimento de um museu fundamentado no progresso institucional e cultural. Para Viana, “o indivíduo é parte do processo e se coloca como expressão das classes em luta, terá papel mais relevante [...]. O indivíduo pode ser compreendido como parte da necessidade histórica e social [...]”. (VIANA, 2011, p. 89).

Em entrevista concedida ao Museu Antropológico no ano de 2010, Lydia Poleck relata que a sua parceria com Edna Taveira e os demais professores do ICHL foi de extrema importância para o desenvolvimento dos primeiros projetos do Museu. Assim, as coisas foram acontecendo devido à contribuição desses professores. Segundo a entrevista, foi nessa época, na década de 1980, que correu a implementação do Setor de Etnolinguística, com duas vertentes na abordagem etnográfica, “uma vertente para a língua portuguesa e a outra para a língua indígena” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 110). Com as iniciativas do Setor de Etnolinguística, quanto à promoção de cursos de extensão sobre a linguística no Brasil, outras ações, como o curso de Museologia, Antropologia

e Arqueologia, aconteceram no Museu Antropológico, inicialmente para orientação do pessoal. Professores reconhecidos e estimados da época, como Tekla Hartmann, Lux Vidal, Roque Laraia, Júlio Cesar Melatti, Berta Ribeiro, entre outros, ministraram cursos no Museu Antropológico da UFG.

Posteriormente à gestão de Edna Taveira, a professora Judite Ivanir Breda assumiu a direção do Museu Antropológico no ano de 1994. Durante a sua gestão, permaneceu ligada a outros professores do ICHL, com os quais formulou e executou cursos de extensão nas áreas de antropologia e arqueologia. Esses programas de extensão têm a possibilidade de obter maior impacto na sociedade, pois, segundo Bernardete Gatti, “o sistema de extensão universitária constitui-se em meio privilegiado da universalidade chegar às comunidades, [...], mudando práticas e formas de pensar, criando possibilidades de participação crítica” (GATTI, 2011, p. 56).

Entre os anos de 1998 e 2002, o antropólogo e professor Marco Antônio Lazarin esteve na direção do Museu Antropológico, juntamente com outros professores colaboradores, e elaborou cursos¹³ e exposições com temáticas etnológicas. No ano de 1986, Marco Lazarin e as professoras Edna Taveira e Judite Breda organizaram um curso de especialização em Antropologia. Segundo Lazarin, em entrevista ao Museu Antropológico em 2011 (SÉRIE DOCUMENTOS, N° 5, 2011, p. 120), “vários professores antropólogos que estão hoje na Faculdade de Ciências Sociais ou no próprio Museu tornaram-se antropólogos dentro do Museu Antropológico”. A participação deles nos cursos¹⁴ organizados pelo Museu Antropológico os motivou a seguir no campo de estudo da antropologia. Lazarin, na entrevista citada, observa:

[...], alguns professores que não eram ainda antropólogos, como a professora Nei, que era socióloga. Foi uma guinada dela para a Antropologia, nesse curso de especialização em Antropologia que contou com a participação de Alcida Ramos, Gustavo Ribeiro, Leonardo Fígoli e Miréia. A Nei, a professora Telma, que era professora de Francês, foi também a guinada dela, o professor Manuel, que era geólogo no IGPA, e que nesse momento fez seu primeiro curso de Antropologia. E eles, a Nei, o Manuel, depois foram fazer mestrado em Antropologia, doutorado, a Telma depois foi fazer doutorado em Antropologia, oriundos desse curso, de um curso de especialização do Museu [...] (SÉRIE DOCUMENTOS, N° 5, 2011, p. 120).

Acreditamos que os cursos contribuíram para o engajamento desses pesquisadores em estudos e pesquisas antropológicas voltadas para as questões da cultura material, que se tratava de uma abordagem recente para a época. Abreu (2005, p. 124) explicita seus pressupostos, que surgem “sob forte herança de uma vertente positivista da ciência, os

13 Arqueologia e história de Colômbia (1992), Introdução à história da arte (1992), Museu de arqueologia uma contribuição à educação (1995), Treinamento museológico (1993), A perspectiva processual para os museus o ponto de vista da arqueologia, Ação cultural e educativa de museus e práticas de cidadania (1995), Arqueologia histórica industrial (1991), A etnolinguística estado atual contribuição da etnografia, Abordagem metodológicas entre outros. O público-alvo era certamente estudantes, professores e membros da sociedade acadêmica intelectual goiana e nacional.

14 Nas décadas 1980 a 1990, o Plano de Extensão articulou uma política participativa dos docentes, discentes e servidores. Buscava a interação interna na universidade, pois sugeria que se tivesse na estrutura central da universidade um órgão responsável pela extensão e que o mesmo veria manter a interação com o ensino e pesquisa (MANESCHY; SANTOS; GRINSPUN, 2011, p. 40).

primeiros antropólogos coletores acreditavam que fragmentos da cultura material, subtraídos de outros povos, eram a prova mais cabal de suas teses”. Contudo, essa era apenas uma visão fragmentada, incompleta sobre a cultura do outro.

De acordo Marco Lazarin, em entrevista de 2011, naquela época a Antropologia Social era predominante no Brasil, a qual estava focada no estudo das “representações coletivas, no estudo dos símbolos, focada em um campo que outras áreas reconhecem simplesmente como ideologia, mas que também é um campo da Antropologia” (SÉRIE DOCUMENTOS, N° 5, 2011, p. 121).

Assim, com essa guinada para a Antropologia, os professores prosseguiram os estudos voltados para a cultura material, que, na época, enfrentava certa desvalorização. Para romper com essa questão, o Museu, durante a gestão de Marco Lazarin, iniciou um processo lento de visibilidade, que, com o passar do tempo, foi significativo. Trata-se da circulação de um boletim quinzenal com notícias do Museu, resultado da articulação entre o Museu e o Departamento de Ciências Sociais, que contribuiu significativamente para expansão da ideia de museu, através de cursos, exposições e atuações das pós-graduações, pois, desse modo, “os indivíduos atuam, agem, e quando manifestam necessidades sociais e classes sociais, ganham exercem maior influência no curso dos acontecimentos” (VIANA, 2011, p. 90).

Igualmente, a gestão de Marco Lazarin contribuiu para a difusão da comunicação museológica, dando visibilidade ao Museu Antropológico, pois “o Museu já fazia as exposições, os cursos, as visitas, mas houve a possibilidade de uma expansão dessa informação, que tornou o Museu mais visível dentro da Universidade, atingindo uma legitimidade no todo da Universidade” (SÉRIE DOCUMENTOS, N° 5, 2011, p. 124). É importante frisar que todos os gestores e professores da UFG tiveram papel importante para a consolidação estrutural dos departamentos de Antropologia, Arqueologia e Museologia do Museu, de tal maneira que “o futuro dos museus etnográficos é ainda incerto, mas vem se abrindo para novas experiências e muitas incertezas, o que pode ser promissor” (ABREU, 2005, p. 124).

Assim, entre os anos de 2006 a 2014, a socióloga Nei Clara de Lima assumiu a direção do Museu Antropológico, desenvolvendo um excelente trabalho. Com seu engajamento nos estudos antropológicos e da cultura material, a professora Nei Clara colaborou com as propostas socioculturais contemporâneas para a elaboração de diversas ações envolvendo a extensão do Museu. Nesse aspecto, é preciso considerar que os “interesses são socialmente constituídos e apenas existem na relação com um espaço social no interior do qual certas coisas são importantes” (VIEIRA; MISOCZKY, 2000, p. 08).

Entre todas as ações executadas, legados dessas relações socioculturais, permanecem até os dias de hoje, sendo eles: a Exposição de longa duração Lavras e Louvores, a graduação em Museologia e os projetos de salvaguarda da boneca Karajá, entre outros em andamentos na atualidade.

A exposição de longa duração ‘Lavras e Louvores’ surgiu a partir de algumas reflexões pertinentes no final da década de 1990, que é quando “a exposição museológica potencializa a relação profunda entre o Homem e o Objeto no Cenário institucionalizado e no cenário expositivo” (CURY, 2005, p. 34). Neste momento trataremos do fato significativo do papel exercido pela professora Nei Clara. “O ator social é um produto do sistema social, a existência de poder que o habilita a se tornar um ator no sentido da agência” (VIEIRA; MISOCZKY, 2000, p. 06), logo, os profissionais que estiveram à frente da gestão ou de projetos que envolviam o Museu Antropológico buscaram ampliar a valorização e a apropriação do espaço, para assim torná-lo um campo de pesquisa. Do ponto de vista de Marco Lazarin, em entrevista ao Museu para a série Documentos nº5, ele diz que o M.A “[...] não é só um campo de pesquisa, mas também uma ferramenta de pesquisa para a Antropologia. A exposição Lavras e Louvores é fruto dessa convergência [...]” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 128).

A professora Nei Clara também contribuiu sendo curadora juntamente com a professora Selma Sena, na exposição de longa duração Lavras e Louvores, elaborada a partir do patrocínio da Fundação *Vitae*. A proposta das curadoras buscou trazer para a exposição elementos de representações identitárias do trabalho e da festa dos Povos do Centro-Oeste. Para Vasconcellos, a exposição do “Museu Antropológico da UFG utiliza, inclusive, linguagens da arte contemporânea – as famosas instalações – para referir-se ao indígena existente no território nacional, constituindo-se num elemento diferencial [...]” (VASCONCELLOS, 2011, p. 713).

Todo o desenrolar do projeto da exposição Lavras e Louvores está documentado em forma de relatório, critério importante para a prestação de contas à entidade financiadora. Assim, o processo museológico percorrido durante a elaboração da exposição, tanto do projeto expositivo quanto na seleção dos objetos para a exposição, foi de extrema importância, pois propiciou estudos sobre esses acervos.

Os processos de musealização, vistos como o eixo central da construção desta área de conhecimento, por um lado, contribuem para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressa nos objetos musealizados. Por outro lado, constroem novos valores e significados para estes objetos, por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural” (BRUNO, 1996, p. 26).

A atribuição dada ao objeto pela musealização é de caráter técnico e explora a cadeia operatória museológica, desse modo, pode-se dizer que o objetivo final é atingir a sociedade, cuja sinergia ambiciona e visa atuar de maneira dinâmica.

Além da contribuição no processo que desencadeou a exposição Lavras e Louvores, a professora Nei Clara, efetivamente, colaborou intensamente durante a proposta de criação do curso de graduação em Museologia. Assim, o curso de Museologia¹⁵ da UFG surge da necessidade de formação técnica no campo dos museus no Estado de Goiás “[...]”

15Hernandez (2006, p. 103), define a museologia como o estudo da história e do contexto dos museus, do seu papel na sociedade, dos sistemas específicos de investigação, conservação, organização da relação com o entorno físico e do planejamento dos diferentes tipos de museus.

sentíamos essa ausência de formação de técnicos específicos em Museologia, e era uma coisa que se espalhava não só pelo Museu, o Museu até que era privilegiado com relação a isso, porque sabia que existia uma Museologia [...]” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 127). A partir da predisposição de alguns professores da Faculdade de Ciências Sociais, o curso foi proposto na tentativa de sanar as dificuldades técnicas dos museus em Goiás. Na entrevista concedida por Marco Lazarin em 2011, a proposta é assim descrita:

[...] a gente vê as dificuldades de crescimento do campo da Museologia, dos museus em Goiás, na região, vamos propor um curso’. E a professora Nei também era adepta da idéia, já era diretora do Museu na época; – “Ótimo, vamos propor”. E nos juntamos, eu, professora Maria Luiza e professora Nei, conseguimos fazer com que a comissão fosse criada no Departamento de Ciências Sociais à época, para que se elaborasse um curso vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e, com isso, nós conseguimos desenvolver a ideia [...] (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 128).

Além desses professores, outros foram envolvidos, após contratação, visando a melhoria da proposta de criação da graduação em Museologia da UFG. Com essa dinâmica e a articulação da professora Nei Clara e dos demais professores, o curso de Museologia surge com o projeto de expansão da universidade, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que então possibilitou o ingresso e formação da primeira turma em 2010. De fato, essa foi uma das contribuições que perpetuou na história tanto do Museu quanto dos demais indivíduos envolvidos. Do ponto de vista do poder, essa capacidade de “realizar obrigações em unidade num sistema de organização coletiva, é o que legitima a relação entre os objetivos coletivos, já que o poder é a capacidade generalizada para servir à realização das obrigações” (VIEIRA; MISOCZKY, 2000, p. 09)

Em meio a todas essas articulações para a criação do curso de Museologia e Gestão do Museu Antropológico, a professora Nei Clara também esteve ligada a projetos com as comunidades indígenas *Iny-Karajá*, realizados entre os anos de 2009 a 2011, o Projeto de Pesquisa Bonecas Karajá: arte, memória e identidade indígena. O mesmo foi desenvolvido no Araguaia, nas aldeias Santa Isabel do Morro, JK, Wataú e Werebia, na Ilha do Bananal-TO; e nas aldeias Buridina e Bdè-Burè, em Aruanã, GO, sob a coordenação da professora Nei Clara. O projeto teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) (chamada pública nº 01/2008) e apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da 14ª Superintendência Regional (MUSEU ANTROPOLÓGICO, 2012, s/p).

Com uma equipe interdisciplinar, o projeto tinha como um dos seus objetivos colaborar com o trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial Karajá, sendo seus saberes e práticas reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 2015, a professora Nei Clara de Lima, juntamente com a antropóloga Rosani Moreira Leitão, entre outros pesquisadores, iniciou um projeto denominado *Bonecas de cerâmica karajá como patrimônio cultural*

do Brasil: contribuições para sua salvaguarda, com apoio do IPHAN e convênio da Fundação de Apoio à Pesquisa da UFG (FUNAPE). Assim, o projeto seguiu a partir do desenvolvimento das atividades organizadas em quatro (4) metas, algumas já executadas e outras em andamento. Segundo o texto de divulgação:

O projeto que se inicia agora, [...], é um desdobramento da pesquisa anterior e desse reconhecimento das ritxoko como Patrimônio Cultural do Brasil [...]. Ele prevê um conjunto de ações que darão início a uma política de salvaguarda voltada para a proteção, preservação, divulgação, reprodução e continuidade desse bem cultural do povo Karajá (MUSEU ANTROPOLÓGICO, 2015, s/p).

Em continuidade, esses dois projetos tendem, de fato, a contribuir para a valorização e representação dos saberes dos povos Karajá. Esses atores sociais envolvidos têm papel fundamental na execução das quatro (4) metas do projeto, além de contribuir para a divulgação e comunicação da prática de salvaguarda entre o Museu Antropológico e a sociedade de Goiás.

Portanto, durante a gestão da professora Nei Clara de Lima, vários projetos foram executados, além disso, ela foi uma das mediadoras entre o Museu Antropológico e o curso de Museologia, abrindo suas portas para funcionar como laboratório do curso. É importante frisar que tanto a professora Nei Clara quanto todos os ex-diretores do Museu Antropológico contribuíram para a melhoria e reconhecimento do Museu, assim como também para o campo de estudo das suas respectivas áreas de formação, no contexto das pesquisas desenvolvidas em Goiás. Com relação à contribuição da professora Nei Clara, no que se refere aos acervos do Museu Antropológico, ela, recentemente, fez a doação de cinco saiotos Karajá, de origem da Aldeia Santa Isabel do Morro - Ilha do Bananal (TO), que foram incorporados à coleção em 2016 (Cod. 2016. 02).

Dilamar Cândida Martins foi diretora do museu por duas gestões e, recentemente, deixou a sua segunda gestão, de 2014 a 2017. A arqueóloga assumiu a sua primeira gestão entre os anos de 2002 a 2006, após o término da gestão do antropólogo Marco Lazarin. A atuação da professora Dilamar C. Martins está igualmente relacionada a alguns dos representantes das gestões anteriores, pois foi aluna do curso de Ciências Sociais da UFG e exerceu a carreira de professora na mesma unidade. Durante a sua pesquisa de mestrado, também utilizou materiais arqueológicos disponíveis para pesquisas no museu. Devido à sua titulação em arqueologia, a professora Dilamar, em sua primeira gestão, esteve ligada a projetos de preservação de sítios arqueológicos e à promoção de ações educativas em comunidades internas e externas à Universidade. Além de suas atribuições como arqueóloga, ela, juntamente com a Edna Taveira, contribuiu, desde a década de 1990, com o projeto da 'Exposição Lavras e Louvres'. Segundo Dilamar Cândida Martins, em entrevista ao Museu Antropológico em 2009, ao falar sobre as práticas de ações educativas:

Algumas cidades que a gente tem trabalhado têm solicitado, por exemplo, exposições. Essas exposições itinerantes, temporárias, que já é uma prática do Museu em termos de ação educativa também. E todos os projetos que nós temos aqui, no laboratório, são também uma parceria junto a FUNAPE que, na verdade, é

o órgão que administra financeiramente todos os projetos e cuida dos contratos que são feitos com essas empresas particulares (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p 41).

Essas contrapartidas, advindas da iniciativa privada, são importantes para os projetos de arqueologia desenvolvidos pelo Museu Antropológico. Entre os trabalhos com afinidade arqueológica, um dos principais executados pelo Museu Antropológico foi a parceria estabelecida durante a construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, no norte do estado de Goiás. Certamente, sem o apoio da iniciativa privada, dificilmente as ações seriam executadas, pois indivíduos com os mesmos recursos e poder podem exercer diferentes graus de influência, uma vez que os utilizam de modos diferentes. Na opinião de Marcelo Vieira e Maria Misoczky, “o poder está inerentemente ligado ao seu exercício, um aspecto muito relevante que é a diferenciação entre poder real e poder potencial [...]” (VIEIRA; MISOCZKY, 2000, p. 09).

Outros projetos, como os trabalhos nas usinas hidrelétricas (Cana Brava, São Salvador, Rio Tocantins, Rio Corumbá IV, Rio Verde), foram executados em parceria com o Museu, contribuindo com a salvaguarda de acervos arqueológicos que estão sob a guarda do Museu Antropológico, no Laboratório de Arqueologia (LABARQ), que existe desde a década de 1970. “Todo esse material da pesquisa arqueológica, ele está sob a salvaguarda da UFG, então significa que, como uma instituição perene que é, a universidade tem a salvaguarda diante do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 41).

Na segunda gestão da professora Dilamar Cândida Martins, de 2014 até o presente (2017), ela vem articulando, assim como a professora Nei Clara e todos os articuladores do passado, ações paralelamente ao curso de Museologia da UFG. Poderíamos citar vários exemplos das suas recentes contribuições na promoção do Museu Antropológico e do curso de Museologia, com projetos como o Mala Arqueológica¹⁶, uma proposta de musealização de objetos e artefatos arqueológicos que estão sob a guarda do Museu Antropológico. O projeto se iniciou em 2014 e foi desenvolvido, inicialmente, pelos alunos Tony Boita, Darlen Rodrigues e Luzia de Paula, que levaram os paramentos da Museologia para o desenvolvimento de suas atividades de salvaguarda. As atividades se iniciaram sob a supervisão da professora Dilamar Cândida Martins, e, com as suas orientações, os alunos desenvolveram a conservação preventiva e a documentação dos objetos líticos da coleção Iluska Simonsen, que, posteriormente, se tornaram parte dos kits de duas malas arqueológicas.

Todavia, a proposta de musealização dos objetos foi motivada para que servisse como meio de comunicação entre a sociedade e o Museu Antropológico, a fim de disseminar e ampliar os conhecimentos sobre os primeiros povos que habitaram a região do Planalto Central do Brasil, logo, a “função do museu é desenvolver atividades de musea-

16 A mala arqueológica trata-se de uma mala que guarda objetos arqueológicos como fragmentos e artefatos, instrumentos de material lítico coletados durante pesquisas e coletas desenvolvidas pela professora Iluska Simonsen e doadas ao laboratório de arqueologia nos anos de 1970. A mala serve como material didático pedagógico a ser aplicado aos estudantes, com intuito de dialogar sobre educação patrimonial e cultural dos povos originários.

lização e de visualização” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p. 23). Com a musealização, os objetos são ressignificados, são adquiridos novos sentidos de interpretação. Após a confecção das duas Malas Arqueológicas iniciais, o projeto continuou com outros alunos do curso de Museologia, que desenvolveram mais duas Malas, hoje sob guarda do Museu Antropológico no Intercâmbio Cultural, logo, podem ser utilizadas em atividades com o público escolar e outros multiplicadores da comunidade.

Como especialista no campo da Arqueologia em Goiás, a professora Dilamar contribuiu com seus estudos dos sítios arqueológicos, além de realizar muitas outras ações educativas voltadas para a educação patrimonial.

ATOES SOCIAIS INDÍGENAS NO MUSEU ANTROPOLÓGICO

Tentar ver o mundo através dos olhos do outro é observar o jardim do vizinho e idealizar o mundo agradável. Em algumas circunstâncias, procura-se ver o mundo através de lentes específicas, e, quando a intenção foca na cultura do outro, encontramos definições, entroncamentos e fronteiras diversas e intrigantes. No mundo existe eu e outro, a minha trajetória carrega a bagagem, os costumes e as referências internas e externas, assim como o outro.

Na opinião de Alice Martins e Carla de Abreu (2017, p. 16), “definir o outro é quase mais fácil do que definir quem seja o eu. Ocorre que a constituição do eu se dá no confronto com o outro, e não de outra maneira. Ou seja, só quando a pessoa se depara com o não eu, o outro, a sua diferença, é que ela se reconhece como tal”. A relação com o outro pode provocar impressões, reações, indiferenças e afetos.

Em momentos da trajetória do MA/UFG, o espaço interno constituiu lugar articulação entre a comunidade interna e externa da sociedade indígena do Centro-Oeste, assim, o MA/UFG se tornou um lugar de empatias, onde é possível aprender a pensar o outro e sua cultura.

Embora, em todos os âmbitos da sociedade, o lugar dos indígenas tem sido prioritariamente o do passado da história, “lugar dos indígenas na contemporaneidade é ainda fortemente marcado por concepções construídas no passado que ainda perduram, a despeito das conquistas advindas com a Constituição Brasileira de 1988” (PINHEIRO, 2014, p. 61). O propósito de reconhecer e enfatizar a presença indígena hoje requer ações políticas efetivas que viabilizem concretamente a alteridade dos grupos indígenas.

Em sentidos gerais, o museu tem sido uma instituição em transformação. Rupturas, mudanças têm ocorrido e o formato do museu tem se ampliado para discussões contemporâneas, dirigindo ações e possibilidades de tratar temas culturais, difusão e construção do conhecimento. Em meio a todas as transformações é importante pensar “sobre a transitoriedade do museu e seu caráter experimental, a participação do público nos processos, a dimensão comunicacional do museu, o entendimento da circunstância na qual o museu se insere” (CURY, 2014, p. 71).

Partindo do pressuposto das rupturas e transformações do museu, em específico o MA/UFG adotou estratégias de agência indígena, para que os indivíduos indígenas se

tornassem atores sociais que contribuíssem no desvendar de conhecimento da sua própria cultura, auxiliando com questões pedagógica junto a grupos escolares, universitário e interno ao Museu.

Algumas das experiências foram desenvolvidas no setor educativo do Museu, outras pelos departamentos de Antropologia e Museologia, os quais ampliaram a inter-relação para o registro descritivo e de conhecimento sobre os objetos pertencentes à instituição.

Nesse sentido, a prática pedagógica foi associada ao momento lúdico do passado, de modo que o MA/UFG pode indagar aspectos da participação de indivíduos indígenas do grupo Karajá, Kraô, Xavante, entre outros. Situações onde os indígenas eram atores colaboradores das atividades, ali se tornaram atores sociais na contribuição científica e pedagógica. Assim, pode-se dizer que nessas ocasiões ocorrem trocas de saberes, diminuindo o estranhamento quanto às diferenças culturais.

Na construção da empatia, com a presença de indivíduos indígenas no MA/UFG, foi possível aprender a pensar o outro, com a presença de mulheres e homens Karajá e Xavante, no momento de fala sobre a sua cultura, criam-se situações que expõem as especificidades dos mitos¹⁷ de origem e organização social e histórica. Quanto à contribuição relativa à origem dos objetos da cultura material utilizados em contextos ritualísticos, antropologicamente pensando, a presença de membros das comunidades indígenas foi de suma importância; por exemplo, sanando algumas lacunas na documentação, referentes a tais objetos coletados ou adquiridos de grupos como os Karajá. Partindo dessa discussão, Cury (2014) apresenta a seguinte argumentação: “os museus colecionam objetos indígenas há séculos, mas as práticas seculares devem mudar, porque os museus mudaram e porque os indígenas mudaram e têm direitos” (CURY, 2014, p. 73).

Reconhecendo seus direitos, os indígenas são capazes de ser curadores e/ou co-curadores em exposições, além disso, eles podem ser autônomos em cooperar em ações de identificação e contextos de acervos museológicos que representam seu grupo.

Ademais, quando pensamos o museu como um espaço que aproxima os grupos indígenas e oportuniza as relações, além de somente ser um lugar que guarda objetos, podemos, também, oportunizar situações nas quais eles possam reviver memórias e tradições. Do ponto de vista de Carvalho (2012):

Museu em sua forma ‘viva’, acredito que na lógica de um povo tradicional isso significa dizer que o Museu precisa relacionar-se com o grupo, estar entre o grupo, dar espaço não apenas para guardar objetos, mas para que memórias sejam contadas por quem no presente ainda tem os vestígios de seu próprio legado cultural (CARVALHO, 2012, p.56).

Na perspectiva tradicional, o museu é, de fato, o lugar que guarda objetos que são vestígios do passado. Contudo, quando a instituição alcança e corresponde às discussões contemporâneas sobre o papel do museu, a particularidade intercomunicacional demar-

17 Em algum momento surgiram questões sobre rotularmos a categoria de mito de origem, como um Karajá nomeia suas histórias de origem? Isso nos fez refletir, se não estamos condicionados no sistema acadêmico aos rótulos sustentados por pesquisadores. Partindo disso, procurei coleções acadêmicas e a colega indígena Karajá. Perguntei a *Kaixaru*, ela respondeu que é mito. partindo da resposta usaremos esta categoria no texto.

ca novos significados para essas instituições. Entretanto, quando não há constância nessa relação, as ações podem simplesmente ficar no passado, e recuperar essa proximidade poderá ser difícil.

Pelo que foi observado, na década de 1990, os indígenas Kraô, Xavante, entre outros, tinham uma proximidade maior com o MA/UFG, mas o motivo do distanciamento dessa relação é desconhecido. Entretanto, na última década, ocorreu proximidade com os Karajá, devido ao projeto de registro da Ritxoko (arte do povo Karajá) como patrimônio cultural do Brasil.

É importante observar que, nas décadas em que havia essa maior proximidade com os Kraô, Karajá e os Xavante, eles foram atores importantes no processo de diálogo e difusão e memórias do passado e presente de sua cultura.

Em consideração a essa discussão, não foi possível ter acesso às informações complementares, possíveis de sanar alguns questionamentos quanto ao contato dos grupos indígenas com o MA/UFG. Logo, há muito a desvendar ainda sobre esses atores indígenas do passado e do presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu Antropológico da UFG tem se destacado e contribuído para o avanço do conhecimento museológico em espaço goiano e nacional, além de proporcionar o exercício teórico metodológico na modalidade do conhecimento cultural e museológico em status lato sensu e stricto sensu. Conhecer a trajetória da instituição nos faz compreender a importância dos atores sociais e as práticas museológicas ao cumprir o seu papel social.

Simultaneamente, a reflexão é que o Museu Antropológico da UFG não pode estar alheio às discussões sociais, sendo de grupos étnicos, minorias, entre outras. Ao mesmo tempo, a trajetória dos atores sociais contribui para as transformações em torno da sociedade. Para tal, o Museu Antropológico da UFG procurou criar, ao longo das décadas, estratégias para cumprir sua função de instituição ligada à Universidade, tendo em vista o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Contudo ainda existem algumas questões em aberto que são de suma importância, que devem ser levadas e debatidas aos fóruns acadêmicos e políticos. A continuidade e o acesso à difusão das ações nas comunidades e com as comunidades devem permanecer, para que realmente ocorra a democratização da Museologia, da Arqueologia, da Antropologia, entre outros campos científicos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. In: Chagas, Mário (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 31, 2005.
- ABREU, R. Por um museu de cultura popular. **Revista Ciências em Museus**, Belém, v 2, n 1, p. 61-72, Outubro 1990.
- ALMEIDA, C. A. F. de. Objetos que se oferecem ao olhar. Colecionadores e o “desejo de museu”. **Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro, RJ: Museu Histórico Nacional, 2012.
- BRUNO, M. C. O. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia**, 9. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 1996. (**Cadernos de Sociomuseologia**, 9).

- CARVALHO, J. O espelho refletor de memórias e a relação do índio com o objeto musealizado: alteridade e identidade no contexto contemporâneo. **Questões indígenas e museus: debates e possibilidades** / Coordenação Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos, Joana Montero Ortiz. -- Brodowski : ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. (Coleção Museu Aberto).
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- CURY, M. X. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo Annablume, 2005.
- CURY, M. X. Teoria do Conhecimento, Teoria da Aprendizagem e Pedagogia museal: a considerar a participação do público. **Questões indígenas e museus: enfoque regional para um debate museológico** / coordenação de Marília Xavier Cury. Brodowski : ACAM Portinari: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC) ; São Paulo : Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014. (Coleção Museu Aberto).
- CURY, M. X. **Comunicação Museológica: uma perspectiva teórica e metodologia de recepção**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- CHAGAS, M de S. A tradição moderna da Museologia no Brasil. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Minc/ IBRAM, 2009.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo, 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- DESVALLÉES, A; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- GATTI, B. A. Avaliação da extensão universitária: a institucionalização às suas práticas. **Extensão Universitária: uma questão em aberto**. In: Calderon, A. I; Santos, R. M. dos; Sarmento, D. F (org). Xamá, 2011.
- GOMES. J. F da; RODRIGUES, A. F.; VELOSO A. Regresso às Origens: A Importância do Indivíduo na Criatividade nas Organizações. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, art. 3, Set./Out. 2016. p. 568-589.
- HEINZ, F. M. Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo Who's who em pesquisa prosopográfica. **História social de elites**. In: Flavio M. Heinz (org). – São Leopoldo: Oikos, 2011.
- JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.
- KARVAT, E. C; MACHADO, V. F. História intelectual e história de intelectuais: reflexões, perspectivas, problemas. **XIV Encontro regional de história, 1964-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil**, 07 a 10 de outubro de 2014, [recurso eletrônico]: anais/ Universidade Estadual do Paraná, 2014, p. 934- 940.
- MAIA, J. M. E. História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro Ramos. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, Edição Especial, Artigo 1, Rio de Janeiro, Set, 2015, p. 551-559.
- MARTINS. A. F; ABREU, C. de. Pedagogias de Fronteira. In: GUIMARÃES, L. M. B; PEROTTO, L.U. (Orgs.). **Percursos 2**. Goiânia, Go: [s.n], 2017. Ebook (Coleção Percursos).
- MANESCHY, P; MENDES, S. R. GRINSPUN, M.Z. Política cultural e a construção de uma proposta articuladora na extensão universitária. **Extensão Universitária: uma questão em aberto**. In: CALDERON, A. I; SANTOS, R. M. dos; SARMENTO, D. F (org). Xamá. 2011.
- MELO, J. M. do C. e. Educação patrimonial: museu cultural da humanidade. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS Unirio | MAST, 2010.
- MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto de Pesquisa Bonecas Karajá: arte, memória e identidade indígena no Araguaia**. Disponível em: <<https://www.museu.ufg.br/n/22022-projeto-de-pesquisa-bonecas-karaja>> Acesso em: 12/ 05/2017.
- MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Museu Antropológico, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, coordena as ações de salvaguarda das bonecas de cerâmica karajá. Disponível em: < https://museu.ufg.br/up/121/o/Bonecas_Karaj%C3%A1_-_salvaguarda_-_texto_de_divulga%C3%A7%C3%A3o_05-01.pdf?1453228414> Acesso em: 12/ 05/2017.

PINHEIRO, S. Posso ser o que você é sem deixar de ser o que sou: direitos humanos, educação e os indígenas. **Questões indígenas e museus** : enfoque regional para um debate museológico / coordenação de Marília Xavier Cury. Brodowski : ACAM Portinari : Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC) ; São Paulo : Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014. (Coleção Museu Aberto).

SEIDL, E. Condicionantes sociais na composição do alto oficialato militar brasileiro (1850-1930. **História social de elites**. In: Flavio M. Heinz (org). – São Leopoldo:

Oikos, 2011.

SÉRIE DOCUMENTOS Nº 5 MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Memórias - O 40 Anos do Museu Antropológico da UFG. Série Documentos do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás**, número 5, Goiânia/GO, 2011.

VALENTE, M. E. **A conquista do caráter público do museu**. In: Guaracira Gouvêa, Martha Marandino, Maria Cristina Leal, Educação e Museu: A construção social do caráter educativo dos museus de ciência. Rio de Janeiro: Access, 2003.

VASCONCELLOS, C de M. Museus antropológicos na contemporaneidade: perfil, perspectivas e novos desafios. In: Nelly Decarolis, Gimena Dapiano. (Org.). **El pensamiento museológico contemporáneo**. Buenos Aires: ICOFOM-ICOM, 2011, v, p. 707-715. Disponível em:< <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10395.pdf> > Acesso em 30/03/2015.

VIANA, N. O Papel do Indivíduo na História. **Revista educação e mudança**, N. 24, 2011, p. 82-94.

VIEIRA, M. M. F; MISOCZKY, M. C. **Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais**. 2000. Disponível em:< <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2000-30.pdf>>. Acesso em 01/12/2017.